



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades da **State Grid Brazil Holding S.A.** ("SGBH" ou "Companhia") em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2013 para divulgar o desempenho para a sociedade parceiros, investidores e consumidores.

1) Estrutura Societária

A SGBH, sociedade anônima de capital fechado, com sede no Centro do Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 28/04/2010. A Companhia é subsidiária do Grupo State Grid, Corporation of China (SGCC) localizado em Pequim, na República Popular da China.

A companhia possui participação nas seguintes Companhias:

Razão social	% de Participação	
	2013	2012
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E")	100	100
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T")	100	100
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	100
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	100
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	100
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	100
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	100
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	100
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")	100	100
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	100
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	100

Razão social

Razão social	% de Participação	
	2013	2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	100
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	-	-
Luiziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luiziânia")	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba")	51	51
Matrinchá Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchá")	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba")	51	-

1.1) Capital:

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$2.494.172.500, dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$1 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

		%
Acionistas		
Top View Grid Investment Limited		0,00001
International Grid Holdings Limited		99,99999

2) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 2014. **A Administração**

BALANÇOS PATRIMONIAISEM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em reais)

	Nota	2013		2012	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	398.184	393.767.598	1.064.736	351.434.275
Títulos e valores mobiliários	8	713.904.519	724.772.757	781.566.997	793.230.431
Concessionárias e permissionárias	9	-	99.489.710	-	92.274.331
Impostos a recuperar	10	13.445.342	79.302.061	8.732.348	77.324.655
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	11	-	705.491.553	-	653.584.290
Outras contas a receber		521.959	1.501.577	-	309.500
Adiantamentos a fornecedores		164.343	8.876.095	118.608	4.875.805
Estoques		-	10.234.119	-	10.670.111
Dividendos a receber	12	75.979.367	20.890	115.243.704	-
Outros créditos		79.445	9.456.112	424.334	6.600.787
		804.493.159	2.032.912.472	907.150.727	1.990.304.185
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	-	46.478.307	-	28.146.324
Impostos a recuperar	10	4.148.835	17.951.349	10.317.052	23.982.724
Contas a receber - ativo financeiro indenizável	11	-	4.251.241.013	-	4.229.977.666
Outros créditos		-	-	-	26.910.707
Investimentos	12	3.053.192.482	186.423.207	2.835.705.020	18.520.577
Propriedade para investimento		28.481.254	28.481.254	4.146.405	4.146.405
Imobilizado		194.092.902	203.273.046	212.788.944	219.939.114
Intangível	13	-	215.087.806	-	214.934.351
		3.279.915.473	4.948.935.982	3.062.957.421	4.766.557.868
Total do ativo		4.084.408.632	6.981.848.454	3.970.108.148	6.756.862.053

	Nota	2013		2012	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos com terceiros	14	689.498	254.734.643	3.186.064	441.120.804
Empréstimos com partes relacionadas	14	3.664.509	118.883.113	-	-
Fornecedores		-	7.787.395	-	81.972.632
Tributos e contribuições sociais		2.210.859	121.464.224	3.135.002	91.045.670
Taxas regulamentares	15	-	28.494.204	-	25.814.702
Dividendos propostos	19	65.240.630	65.240.630	22.150.767	51.150.382
Contas a pagar por aquisição		-	-	67.444.407	-
Outros passivos circulantes		1.144.891	24.063.559	286.115	11.289.191
		72.950.387	620.667.768	96.202.355	702.393.381
Passivo não circulante					
Empréstimos com terceiros	14	351.390.000	2.236.194.870	487.495.087	2.276.451.098
Empréstimos com partes relacionadas	14	1.124.448.000	1.124.448.000	799.909.913	797.668.963
Outras provisões - medidas compensatórias	16	-	40.190.756	-	38.774.617
Imposto de renda diferido		717.843	352.715.462	-	282.708.346
Provisão para contingências	18	-	72.727.311	-	68.888.218
Outros passivos não circulantes		-	1.885	-	3.476.637
		1.476.555.843	3.826.278.284	1.287.405.000	3.467.967.879
Patrimônio líquido	19				
Capital social		2.494.172.500	2.494.172.500	2.494.172.500	2.494.172.500
Reserva de lucros		40.729.902	40.729.902	92.328.293	92.328.293
		2.534.902.402	2.534.902.402	2.586.500.793	2.586.500.793
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.084.408.632	6.981.848.454	3.970.108.148	6.756.862.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em reais)

	Nota	2013		2012	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida	21	2.487.813	794.068.136	430.177	567.400.006
Custo da operação	22	-	(94.907.213)	-	(72.125.495)
Lucro bruto		2.487.813	699.160.923	430.177	495.274.511
Despesas gerais e administrativas	23	(16.911.077)	(61.029.694)	(19.287.359)	(51.272.058)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(14.423.264)	638.131.229	(18.857.182)	444.002.453
Resultado financeiro	24	(181.191.558)	(447.968.865)	(158.203.550)	(257.066.758)
Receita financeira		210.425.974	373.880.891	347.582.956	333.898.246
Despesa financeira		(391.617.532)	(821.849.756)	(505.786.506)	(590.965.004)
Resultado de equivalência patrimonial	12	187.824.137	5.639.896	233.897.829	(299.442)
Lucro antes dos impostos		(7.790.685)	195.802.260	56.837.097	186.636.253
Imposto de renda e contribuição social	20	(717.843)	(204.310.788)	(24.047.710)	(153.846.866)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(8.508.528)	(8.508.528)	32.789.387	32.789.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em reais)

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(7.790.685)	195.802.260	56.837.097	186.636.253
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(187.824.137)	(5.639.896)	(233.897.828)	299.441
Juros e variações monetárias dos empréstimos	232.892.840	479.470.847	158.402.327	260.688.277
Depreciação e amortização	2.545.432	8.544.455	1.034.446	1.431.313
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.736.876)	-	3.496.071
Provisão para contingências	-	3.839.093	-	41.140.272
Provisão para medidas compensatórias	-	1.416.139	-	26.010.130
Impostos diferidos	717.843	70.007.116	-	134.977.345
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Concessionárias e permissionárias	-	(4.478.503)	-	(31.992.411)
Créditos a receber	(521.959)	(1.192.077)	-	(309.499)
Estoques	-	435.992	-	(4.073.052)
Contas a receber	-	(73.170.610)	-	(1.820.038.720)
Tributos e contribuições compensáveis	1.455.223	4.053.969	1.839.624	19.472.622
Adiantamentos a fornecedores	(45.735)	(4.000.290)	299.905	(331.983)
Outros créditos	39.609.226	(10.913.648)	1.308.943.582	1.799.866.447
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(66.916.065)	(74.185.237)	67.444.406	70.208.463
Tributos e contribuições sociais	(924.143)	30.418.554	1.735.995	15.461.918
IR e CS pagos	(717.843)	(204.310.788)	(24.047.710)	(153.846.866)
Juros pagos	(43.291.897)	(107.452.812)	(65.596.384)	(177.097.613)
Taxas regulamentares	-	2.679.502	-	8.469.557
Outros passivos	44.030.765	42.232.168	48.115.775	45.190.250
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	13.218.865	350.819.358	1.321.111.235	425.658.215
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	(215.837.570)	(187.232.421)	(908.758.052)	(22.666.)
Aquisição de imobilizado - intangível	(8.794.708)	(17.889.760)	(4.485.532)	(88.817.184)
Dividendos recebidos	186.174.246	20.889	244.998.407	-
Títulos e valores mobiliários	67.662.478	50.279.146	(764.308.502)	(817.386.023)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	29.204.446	(154.822.146)	(1.432.553.679)	(906.203.207)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos captados	212.400.000	329.032.339	-	1.624.587.371
Dividendos pagos	(43.089.863)	(43.089.863)	(7.787.479)	-
Empréstimos pagos	(212.400.000)	(481.939.688)	(299.240.298)	(1.591.491.631)
Aumento de capital	-	-	408.365.000	502.738.440
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(43.089.863)	(195.997.212)	101.337.223	535.834.180
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(666.552)	42.333.323	(10.105.221)	55.289.188
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.064.736	351.434.275	11.169.957	296.145.087
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	398.184	393.767.598	1.064.736	351.434.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
				Reserva legal	Retenção de lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.225.627.500	4.084.484	63.241.902	-	1.292.953.886
Aumento de capital	1.268.545.000	-	-	-	1.268.545.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	32.789.387	32.789.387
Constituição da reserva legal	-	1.639.469	-	(1.639.469)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	31.149.917	(31.149.917)	-
Dividendos propostos	-	-	(7.787.479)	-	(7.787.479)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.494.172.500	5.723.953	86.604.340	-	2.586.500.793
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	(8.508.528)	(8.508.528)
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo acumulado	-	-	(8.508.528)	8.508.528	-
Dividendos intermediários	-	-	(43.089.863)	-	(43.089.863)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.494.172.500	5.723.953	35.005.949	-	2.534.902.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.
CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (controladora e consolidadas)

31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras sociedades. A Sociedade não possui títulos de patrimônio ou dívida negociadas em mercados de capitais.

A Companhia é subsidiária da State Grid International Development Limited com 99,9999% de participação. Essas empresas pertencem ao Grupo State Grid ("Grupo"), localizado em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e coligadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração do Grupo para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e algumas reclassificações foram apresentadas para melhor apresentação. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 11 de abril de 2014.

2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das empresas controladas, estas que tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A SGBH Expansão Participações Ltda e a SGBH Transmissão Participações Ltda. são sociedades constituídas tendo como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuem controle das atividades da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") e da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM"), respectivamente, com participação de 100%. A ETEE e a ETIM também tem como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

Razão social	% de Participação	
	2013	2012
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH-E") (a)	100	100
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (a)	100	100
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (b)	100	100
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (b)	100	100
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (b)	100	100
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (b)	100	100
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (b)	100	100
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (c)	100	100
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere") (c)	100	100
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE") (c)	100	100
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (c)	100	100
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (c)	100	100
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (d)	100	-

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

(a) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas em 21 de junho de 2010 tendo como objetivo a participação em outras sociedades.

(b) Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle integral da ETEE, ETIM, ITE, PCTE, RPTE, SMTE e SPTE. Estas que são concessionárias transmissoras de energia elétrica, as quais pertenciam a Isolux Energia e Participações S.A., Litran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.

(c) Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia adquiriu o controle integral da Araraquara, Catxerê, PPTE, Itatim e Iracema. Estas que são concessionárias transmissoras de energia elétrica, as quais pertenciam a CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda e Lintran do Brasil S.A.

(d) Em 18 de novembro de 2013, a MRTE foi constituída tendo como objeto a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica.

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a Companhia não possui controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais. São contabilizadas por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjuntas nas quais a Companhia possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, como as controladas da Companhia.

Razão Social	% Participação	
	2013	2012
Luiziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luiziânia") (a)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (b)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") (b)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (c)	51	-

(a) Em 19 de dezembro de 2012, a Companhia em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), arrematou no leilão 006/2011 o Lote H, e constituiu Luziania.

(b) Em 09 de março de 2012 a Companhia em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel") arrematou no leilão 002/2012 os lotes A e B e Matrinchã ou TP Norte") e Guaraciaba e a Guaraciaba.

(c) Em 21 de novembro de 2013 a Paranaíba foi constituída tendo como objeto a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica.

Mesmo tendo participação de 51%, a Controladora não consolida essas coligadas visto que a Administração da SGBH entende que exercem controle operacional e financeiro compartilhado dessas coligadas com Furnas Centrais Elétricas e a Copel Geração e Transmissão S.A..

5. Práticas contábeis

5.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto aquelas com vencimento superior a três meses (ou sem vencimento definido) são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema ("ONS") por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração do Grupo e constituída em montante considerado suficiente.

5.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração do Grupo.

5.4 Contas a receber - ativo financeiro indenizável

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia e suas controladas entendem não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia e suas controladas efetuam anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior aquele registrado contabilmente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre anualmente.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

5.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) separar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado independentemente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.7 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

5.8 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9 Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

5.11 Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre serviços prestados.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000,00 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

5.12 Taxas regulamentos

Reserva Global de Reversão (RGR)

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais.

A controladas vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), esta que é definida anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. As provisões são atualizadas mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

5.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.14 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.15 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.16 Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

2.4.1. Receita de concessão

a) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

b) Receita de construção

A ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

c) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

2.4.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4.3. Receita de aluguel

A receita de aluguel (na Controladora) é registrada em conformidade com o regime contábil de competência.

5.17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, contas a receber - ativo financeiro indenizável.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos e financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirar e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reveu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

5.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

A Companhia e suas controladas constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração do Grupo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.19 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas não possuem diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

6. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

6.1 Pronunciamentos que entraram em vigor em 2013

A Companhia e suas controladas avaliaram as novas normas com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013 (CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, o CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, o CPC 46 Mensuração do Valor Justo), o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades e verificou que não houve impacto nas demonstrações financeiras resultantes dessas normas, exceto pelos requerimentos do CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, que gerou a divulgação adicional sobre a participação de coligadas e controladas.

6.2 Pronunciamentos emitidos que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão apresentados a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia e suas controladas quantificarão os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exce-

ção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia e suas controladas não esperam que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia e suas controladas não esperam que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia e suas controladas não esperam que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia e suas controladas não possuem derivativos, contudo, essa revisão será aplicada novamente a fim de identificar se houve a contratação de derivativos.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	54.285	325.725	14.962	249.996
Bancos	343.899	22.256.499	1.049.774	66.642.246
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	371.185.374	-	284.542.033
	398.184	393.767.598	1.064.736	351.434.275

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

8. Títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento multipatrocinados e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	713.904.519	724.772.757	781.566.997	793.230.431
Títulos e valores mobiliários	713.904.519	724.772.757	781.566.997	793.230.431

Não circulante

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Títulos e valores mobiliários	-	46.478.307	-	28.146.324
	-	46.478.307	-	28.146.324

9. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2013	2012
A vencer	85.803.852	91.224.984
Vencidas até 30 dias	636.497	95.640
Vencidas até 60 dias	762.742	73.541
Vencidas até 90 dias	260.093	69.974
Vencidas há mais de 90 dias	13.030.335	5.672.591
	100.493.519	97.136.730
	(1.003.809)	(4.862.399)
	99.489.710	92.274.331

Em função do giro do contas a receber em curto prazo, a Administração do Grupo não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 90 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 90 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária.

10. Impostos a recuperar

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Circulante	0	8.493.464	-	10.671.661
PIS - ativo imobilizado	0	35.364.899	-	45.240.467
COFINS - ativo imobilizado	10.438.125	20.047.890	4.812.467	8.724.435
IRPJ	478.798	4.864.607	3.911.968	3.598.983
CSLL	2.410.566	6.320.570	-	2.369.254
Outros	117.853	4.210.631	7.913	6.719.855
	13.445.342	79.302.061	8.732.348	77.324.655

Não circulante

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS - ativo imobilizado	-	1.308.147	-	1.308.147
COFINS - ativo imobilizado	-	12.357.526	-	12.357.526
IRPJ	4.148.835	4.285.676	10.317.052	10.317.051
	4.148.835	17.951.349	10.317.052	23.982.724

Total

	17.594.177	97.253.410	19.049.400	101.307.379
--	------------	------------	------------	-------------

11. Contas a receber - ativo financeiro indenizável (consolidado)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas que regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, conforme Nota 3, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, a Administração do Grupo entende que estão atendidas as condições para a aplicação o ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela construção e melhorias da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 4.956.732.566 sendo R\$ 705.491.553 no ativo circulante e R\$ 4.251.241.013 (R\$ 4.883.561.956 sendo R\$ 653.584.290 no ativo circulante e R\$ 4.229.977.666 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2012).

12. Investimentos (Controladora)

Em 14 de dezembro de 2012 a Companhia adquiriu o controle patrimonial das companhias Araraquara, Catxeré, PTE, Itatim e Iracema, pelo valor de R\$ 885.791.630. A data de aquisição foi considerada como 14 de dezembro de 2012 e os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Considerando que a data de aquisição das controladas foi determinado como 14 de dezembro de 2012, não foi apurado resultado de equivalência patrimonial para tais empresas durante o exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2012 havia R\$ 67.444.407 a pagar aos antigos acionistas das companhias adquiridas, obrigação esta que foi liquidada ao longo de 2013.

12.1 Informações financeiras sobre as investidas

	Em 31 de dezembro de 2013				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
SGBH-E	686.927.750	14.620.424	672.307.326	(193.029)	57.889.930
SGBH-T	276.435.717	5.627.296	270.808.422	(200.273)	21.942.321
ITE	1.013.073.055	535.670.433	477.402.622	151.826.584	29.728.347
RPTE	316.025.825	148.452.345	167.573.480	23.200.035	(8.922.228)
PCTE	408.914.365	204.169.707	204.744.658	30.163.528	(13.563.678)
SMTE	800.496.901	492.040.889	308.456.012	113.868.994	(1.604.692)
SPTE	314.474.519	133.420.325	181.054.194	19.568.528	(10.080.653)
PPTE	473.821.094	196.036.225	277.784.869	69.803.465	34.356.846
Itatim	544.590.728	367.586.522	177.004.206	80.807.203	34.678.916
Iracema	208.735.247	134.286.778	74.448.470	23.403.215	3.844.270
Catxere	509.516.040	233.387.634	276.128.406	63.179.575	25.527.826
Araraquara	264.284.286	122.273.271	142.011.015	29.017.002	9.000.985
MRTE	-	-	-	-	-
Luziânia	34.171.080	22.781.339	11.390.740	-	43.164
Matrinchã	782.964.776	583.009.328	199.955.448	-	3.596.988
Guaraciaba	324.771.984	245.527.298	79.244.68	-	945.444
Paranaíba	74.815	1.956	72.859	-	440.352



Em 31 de dezembro de 2012

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
SGBH-E	697.536.753	34.755.322	662.781.431	(150.285)	72.768.050
SGBH-T	282.132.498	14.066.450	268.066.048	(156.152)	29.413.375
ITE	991.096.639	497.594.684	493.501.955	156.721.181	66.750.981
RPTE	312.741.449	133.868.389	312.741.449	24.885.466	5.004.952
PCTE	402.395.344	180.735.378	221.659.966	30.687.667	7.056.064
SMTE	787.578.557	455.804.260	331.774.297	132.037.148	45.712.828
SPTe	300.233.324	119.098.477	181.134.847	27.146.917	7.491.020
PPTe	457.065.320	197.317.796	259.747.524	-	-
Itatim	531.062.493	413.937.203	117.125.290	-	-
Iracema	196.742.061	128.737.861	68.004.200	-	-
Catxere	482.071.195	235.120.615	246.950.580	-	-
Araraquara	246.411.839	124.891.809	121.520.030	-	-
MRTE	-	-	-	-	-
Luziânia	-	-	-	-	-
Matrinchã	-	-	-	-	-
Guaraciaba	-	-	-	-	-

12.2 Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2012	Equivalência patrimonial	Aquisição de investimento	Dividendos	Saldo em 31/12/2013
SGBH-E	662.781.430	57.889.930	-	48.364.035	672.307.325
SGBH T	268.066.048	21.942.321	-	19.199.948	270.808.421
ITE	489.513.064	29.728.347	-	45.827.680	473.413.730
RPTE	68.385.125	(8.922.228)	-	2.377.352	57.085.545
PCTE	58.391.848	(13.563.678)	-	3.351.630	41.476.540
SMTE	90.392.919	(1.604.692)	-	21.713.594	67.074.633
SPTe	293.862.381	(10.080.653)	10.000.000	-	293.781.728
PPTe	332.191.530	34.356.846	-	45.319.118	321.229.258
Itatim	117.125.290	34.678.916	25.200.000	-	177.004.206
Iracema	68.004.200	3.844.270	2.600.000	-	74.448.470
Catxere	246.950.580	25.527.826	3.650.000	-	276.128.406
Araraquara	121.520.030	9.000.985	11.490.000	-	142.011.015
Luziânia	732.411	43.164	5.032.680	-	5.808.258
Matrinchã	10.541.105	3.596.988	88.734.689	20.889	102.851.892
Guaraciaba	7.247.060	945.444	32.410.201	-	40.602.706
Paranaíba	-	440.352	36.720.000	-	37.160.352
	2.835.705.021	187.824.138	215.837.570	186.174.246	3.053.192.485

	Saldo em 31/12/2011	Equivalência patrimonial	Aquisição de investimento	Dividendos	Saldo em 31/12/2012
SGBH Expansão	664.578.204	72.768.050	-	(74.564.824)	662.781.430
SGBH					
Transmissão	269.624.025	29.413.375	-	(30.971.352)	268.066.048
ITE	489.593.886	66.750.981	-	(66.831.802)	489.513.064
RPTE	71.406.894	5.004.952	-	(8.026.721)	68.385.125
PCTE	59.747.790	7.056.064	-	(8.412.006)	58.391.848
SMTE	93.787.876	45.712.828	-	(49.107.786)	90.392.919
SPTe	293.455.278	7.491.020	-	(7.083.917)	293.862.381
PPTe	-	-	332.191.530	-	332.191.530
Itatim	-	-	117.125.290	-	117.125.290
Iracema	-	-	68.004.200	-	68.004.200
Catxere	-	-	246.950.580	-	246.950.580
Araraquara	-	-	121.520.030	-	121.520.030
Luziânia	-	(236.589)	969.000	-	732.411
Matrinchã	-	85.595	10.455.510	-	10.541.105
Guaraciaba	-	(148.450)	7.395.510	-	7.247.060
	1.942.193.953	233.897.826	904.611.650	(244.998.408)	2.835.705.021

12.3 Ágio líquido sobre aquisição de investimentos

Na aquisição de controladas (na nota explicativa 13) os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

Na nota explicativa 13 - Intangível - apresentamos o saldo dos ágios, líquido pagos nas aquisições.

	2013	2012
Ágio líquido (i)	176.119.484	176.119.484
Servidões e softwares	39.135.180	38.961.773
(-) Amortização acumulada	(166.858)	(146.906)
	215.087.806	214.934.351

(i) Movimentação dos ágios e deságios identificados nas combinações de negócios

	2012	Adições	Baixas	2013
	176.119.484	-	-	176.119.484
	2011	Adições	Baixas	2012
	98.443.872	77.675.612	-	176.119.484

O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionados ao ágio em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

14. Empréstimos e financiamentos

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Debêntures (i)	-	119.564.284	-	119.686.760
China Development Bank (ii)	-	1.344.088.095	-	1.333.607.580
Banco Nacional de Desenv. Econômico e Social ("BNDES") (iii)	-	675.227.564	-	673.063.153
Export-Import Bank of China (iv)	352.079.498	352.079.498	490.681.151	490.681.151
Bancos nacionais (v)	-	-	-	100.533.258
State Grid Intl Development Ltd. ("SGID") (vi)	1.128.112.509	1.243.301.185	799.909.913	797.668.963
	1.480.192.007	3.734.260.626	1.290.591.064	3.515.240.865
Passivo circulante	4.354.007	373.617.756	3.186.064	441.120.804
Passivo não circulante	1.475.838.000	3.360.642.870	1.287.405.000	3.074.120.061

(i) Debêntures

Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Iracema aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$1.000.000,00 cada, através de emissão pública com esforços restritos.

As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de *spread* de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R\$1.102.000.

Durante os 12 primeiros meses contados da data de emissão, não houve amortização do saldo devedor do principal e pagamento de juros. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão.

Garantias:

- a) Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas;
- b) Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão;
- c) Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão; e
- d) Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.

Compromissos financeiros e não financeiros

De acordo com as cláusulas contratuais, a Iracema deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,20 vezes. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia atingiu os índices propostos.

(ii) China Development Bank

Em setembro de 2012 a Companhia obteve 7 novos contratos de empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD 621.080.000 com custo de Libor e pagamentos de principal e juros semestrais.

Este empréstimo tem como garantidor a State Grid International Development Limited (SGID).

Não existem cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros relacionados a esse empréstimo.

(iii) BNDES

A Araraquara e Catxere firmaram contratos de financiamento junto ao BNDES destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e compra demateriais para a construção de suas linhas de transmissão no montante de R\$ 277.000.000. Sobre estes financiamentos incidirão juros de 2,21% ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), sendo que quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de financiamento e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.

E quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor. Esses financiamentos serão pagos em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028.

Em 27 de novembro de 2012, a empresa assinou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito estabelecido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado à implantação da linhas de transmissão do itatim S/A. O financiamento está dividido em dois subcréditos, nos valores originais de R\$ 251.128.800, R\$ 68.236.900, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 e 114 meses respectivamente, com início em 26 de dezembro de 2012 e término em 15 de abril de 2028 e 15 de outubro de 2022 respectivamente.

Na empresa PPTe o contrato de financiamento com o BNDES foi obtido mediante abertura de crédito estabelecido em 19 de dezembro de 2007, destinado à implantação das linhas de transmissão da Companhia. O valor original do financiamento foi de R\$ 197.749.000, dividido em subcréditos e com prazo de amortização de 144 meses, com início em 15 de julho de 2007 e término em 15 de junho de 2019.

Garantias: O financiamento do BNDES é garantido por:

- a) Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão;
- b) Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia;
- c) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- d) Fiança Bancária de prazo médio de 24 meses no valor de 100% financiamento no primeiro e no segundo 12 vezes a parcela do serviço da dívida.

Compromissos financeiros e não financeiros

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. O referido índice vem sendo cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

(iv) Export-Import Bank of China

A Companhia obteve em 2010 um empréstimo junto ao Export-Import Bank of China no montante de US\$240.000.000 (com contrato no valor de US\$270.000.000). Este contrato é atualizado com base na taxa de juros de seis meses da Libor, mais 2% ao ano. Os juros são amortizados trimestralmente e o valor total do empréstimo deve ser pago em 60 meses a contar da data de liberação dos recursos.

Garantias: foi dado ao EXIM direitos creditórios das linhas de transmissão.

Não existem cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros relacionados e esse empréstimo.

(v) Bancos nacionais.

O montante de R\$100.533.258 refere-se a empréstimos da empresa Itatim aos Bancos Itaú e Alfa. Estes foram integralmente quitados em 28 de fevereiro de 2013 e 26 de junho de 2013, respectivamente.

(vi) SGID

A Companhia formalizou em 26 de novembro de 2010, contrato de empréstimo com a companhia SGID no valor máximo de US\$ 800.000.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros Libor mais 2% ao ano. Os juros são ser amortizados trimestralmente e o saldo remanescente verificar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$1.500.360.000 referente ao principal do referido empréstimo estava totalmente contabilizado no passivo não circulante e foi aprovado um aditivo para os contratos de empréstimo entre a controladora e suas controladas, onde foi determinado que a data de vencimento do principal seria postergada para 1º de janeiro de 2013.

Em 2012 parte da dívida contratada com a SGID, com vencimento em 30 de novembro de 2012 foi convertido em aumento de capital no valor de R\$860.180.000 e o saldo remanescente no montante de R\$818.220.000 foi prorrogado por dois anos, com vencimento em 30 de novembro de 2014, e os juros equivalentes a Libor semestral mais 2% ao ano devem ser liquidados trimestralmente a partir de 31 de março de 2013.

Em 30 de agosto de 2013 a SGID liquidou, em nome da SGBH, a parcela de principal vincenda e portanto devida ao Export-Import Bank of China no valor de US\$ 90.000.000. Essa operação originou um novo empréstimo entre as partes, no mesmo valor, com pagamento trimestral de juros equivalentes à Libor de 3 meses, mais *spread* de 0,65% ao ano, e amortização de principal da data de vencimento do contrato, que possui duração total de 1 ano.

Garantias e Covenants:

Os contratos de empréstimos com partes relacionadas não possuem garantias e cláusulas restritivas.

15. Taxas regulamentares (Consolidado)

	2013	2012
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	7.102.416	8.956.946
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	3.782.414	3.240.058
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	17.471.376	13.488.898
Outros	137.998	128.800
	28.494.204	25.814.702

16. Outras provisões - medidas compensatórias (Consolidado)

O valor da compensação ambiental das controladas ainda não foi oficialmente definido pelos Órgãos Ambientais pertinentes, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração do Grupo, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado.

A Administração do Grupo adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens. As amortizações do saldo ocorrem em função das aplicações em projetos.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo no consolidado é de R\$ 40.190.756 (R\$38.774.617 em 31 de dezembro de 2012).

17. Partes relacionadas (Controladora)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Ativo	2013	2012
Contas a receber (i)	58.844	-
SGBH-E	7.709	-
SGBH-T	8.273	-
ETEE	4.651	-
ETIM	4.651	-
ITE	4.707	-
SMTE	4.792	-
SPTe	14.691	-
PCTE	4.578	-
RPTE	4.792	-
Dividendos a receber (ii)	75.979.366	115.243.704
	2013	2012

Passivo

Empréstimo SGID (nota explicativa 14)	1.128.112.509	799.909.913
Dividendos a pagar	65.240.630	22.150.767
	2013	2012

Resultado

Receita de juros (iii)		
SGID	-	52.324.353
ETEE	-	11.193.787
ETIM	-	4.890.018
ITE		



20. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	2013	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(7.790.685)	195.802.260
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	(2.111.303)	(137.404.737)
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(3.366.676)	66.572.768
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	-	(159.284.586)
Diferenças temporárias/ Adoção ICPC 01	-	25.805.767
Imposto de renda e contribuição social	-	(134.299.671)
Imposto diferido	(717.843)	(70.011.117)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(717.843)	(204.310.788)
	2012	
	Controladora	Consolidado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.837.097	186.636.253
Ajustes por conta de alteração de prática contábil - Adesão ao RTT	-	(118.927.280)
Expurgo do prejuízo contábil do 4º trimestre	47.834.677	243.946.398
Lucro do 1º ao 3º trimestre antes do IRPJ e CSLL sem impacto do RTT	104.671.774	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	35.588.403	107.624.507
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições não dedutíveis	133.873.312	-
Exclusões não dedutíveis	(145.414.005)	6.076.890
Compensação de prejuízos	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(24.047.710)	(113.701.398)
Imposto diferido	-	(40.145.468)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(24.047.710)	(153.846.866)

Medida Provisória 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

21. Receita operacional líquida

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	2.869.638	881.908.859	500.238	631.326.628
Receita de operação e manutenção	-	136.702.461	-	105.166.421
Receita financeira de construção e outras	-	745.206.398	-	526.160.207
Receita de aluguel	2.869.638	-	500.238	-
Deduções da receita operacional	(381.825)	(87.840.723)	(70.061)	(63.926.623)
PIS/COFINS	(381.825)	(60.369.674)	(70.061)	(43.929.859)
Quota para RGR	-	(20.274.358)	-	(14.904.113)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(7.196.691)	-	(5.092.651)
	2.487.813	794.068.136	430.177	567.400.006

22. Custo da operação

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	-	(37.452.582)	-	(22.107.974)
Material	-	(1.321.136)	-	(1.743.862)
Serviços de terceiros	-	(9.793.247)	-	(13.140.414)
Arrendamentos e aluguéis	-	(490.967)	-	(194.206)
Repasses	-	(13.537.101)	-	(23.276.861)
Taxas de fiscalização	-	(3.989.101)	-	(2.944.786)
Custo de construção e outras	-	(28.323.079)	-	(8.717.392)
	-	(94.907.213)	-	(72.125.495)

23. Despesas gerais e Administrativas

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Despesas de pessoal	4.954.013	28.329.795	2.701.655	21.885.592
Despesas gerais	9.411.632	26.078.893	15.551.258	25.283.885
Despesas com depreciação	2.545.432	3.357.623	1.034.446	1.546.133
Despesas de meio ambiente	-	3.263.383	-	2.556.448
	16.911.077	61.029.694	19.287.359	51.272.058

24. Resultado financeiro

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado financeiro				
Receita financeira				
Receitas de aplicações financeiras	50.632.718	68.924.747	38.616.882	53.575.221
Juros sobre empréstimos	-	-	83.468.557	-
Outras	1.305.953	12.526.922	1.103.620	5.084.058
Variação cambial	158.487.303	292.429.222	224.393.897	275.238.966
Despesa financeira				
Variações monetárias passivas	(347.067.772)	(663.982.227)	(423.325.134)	(475.406.998)
Juros sobre empréstimos (Nota explicativa 14)	(44.311.687)	(138.405.330)	(80.660.173)	(94.548.490)
Outras	(238.073)	(19.462.198)	(1.801.199)	(21.009.515)
	(181.191.558)	(447.968.864)	(158.203.550)	(257.066.758)

25. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2013 e 2012, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	2013		2012		
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	398.184	393.767.598	1.064.736	351.434.275
Títulos e valores mobiliários	8	713.904.519	771.251.064	781.566.997	821.376.755
Contas a receber – ativo financeiro indenizável	11	-	4.956.732.566	-	4.883.561.956
			2013		2012

	2013		2012		
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Adiantamentos a fornecedores		164.343	8.876.095	118.608	4.875.805
Concessionárias e permissionárias	9	-	99.489.710	-	92.274.333
Outras contas a receber		521.959	1.501.577	-	309.500
			2013		2012

	2013		2012		
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	11	1.480.192.007	3.734.260.626	1.290.591.064	3.515.240.865
Fornecedores		-	7.787.395	-	81.972.632
Outros passivos circulantes	8	1.144.891	24.065.444	286.115	11.289.191

25.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) **Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador e empréstimos e financiamentos. A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) **Risco de crédito**

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) **Risco de liquidez**

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

A Companhia e suas controladoras utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro:

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	1.480.192.007	3.734.260.626	1.290.591.064	3.515.240.865
(-) Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(714.302.703)	(1.165.018.662)	(782.631.733)	(1.172.811.030)
Dívida líquida	765.889.304	2.569.241.964	507.959.331	2.342.429.835
Patrimônio Líquido	2.534.902.402	2.534.902.402	2.586.500.793	2.586.500.793
Patrimônio líquido e dívida líquida	3.300.791.706	5.104.144.366	3.094.460.124	4.928.930.628

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

27. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

28. Eventos subsequentes

Empréstimo com parte relacionada

No dia 13 de Janeiro a Companhia antecipou o pagamento de uma parcela de US\$ 90 milhões do Exim Bank, através da SGID. Essa parcela, no montante de US\$ 90.000.000, seria paga em 7 de dezembro de 2014.

A SGID pagou ao Exim Bank em nome da SGBH e firmou um contrato de empréstimo junto a SGBH no montante de US\$ US\$ 90.000.000, pelo prazo de 365 dias e taxa de juros Libor mais um Spread de 0.65% ao ano. Os juros serão pagos no primeiro dia útil de março 2014, junho 2014, setembro 2014 e dezembro 2014.

Novos investimentos

a) No dia 6 de fevereiro de 2014 houve a constituição de nova subsidiária do Grupo, a Luneng Brasil Sports Center Ltda. O objeto social dessa empresa compreende o engajamento em atividades esportivas, especialmente na área de futebol e tênis de mesa.

b) No dia 07 de fevereiro de 2014 a SGBH participou do Leilão 011/2013 - ANEEL como arte integrante do consórcio IE BELO MONTE, com participação equivalente a 51%, sendo os demais sócios Furnas Centrais Elétricas S.A. com 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, também com 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB.

A assinatura do contrato de concessão objeto do referido leilão está prevista para o primeiro semestre de 2014, tendo a concessão uma duração de 30 anos contados a partir da assinatura do contrato, e entrada em operação comercial prevista para janeiro de 2018. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$ 4,5 bilhões com uma RAP anual de R\$ 434,6 milhões.

HONGXIAN CAI Diretor Presidente	SHIRONG LU Vice-Presidente	ALDREA GIORGIA WERNECK Contadora - CRC RJ-110226/O-6
---	--------------------------------------	--

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **State Holding Brazil S.A.**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da ade-

quação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **State Holding Brazil S.A.** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da State Holding Brazil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da State Holding Brazil S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Gláucio Dutra da Silva
 Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4
Beatriz G. Moraes
 Contador CRC - 1RJ 091.370/O-0



STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.